SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ 2014
ciência - tecnologia - desenvolvimento social
Câmpus Ijuí, Santa Rosa, Panambi e Três Passos

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

A APROPRIAÇÃO DIFERENCIAL DE CAPITAL CULTURAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI COMO ELEMENTO CENTRAL DA DESIGUALDADE SOCIAL[1]

Giancarlo Montagner Copelli[2].

[1] Pesquisa elaborada para a dissertação de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Regional do Noroeste do Estado – UNIJUÍ.
[2] Aluno do Mestrado em Direitos Humanos, bolsista UNIJUÍ. E-mail: giancarlocopelli@yahoo.com.br

Introdução

A partir de meados dos Anos 90 do século passado, diante do novo ciclo de crescimento econômico do Brasil, com a estabilização da moeda e o consequente controle inflacionário, o mercado de trabalho, em ritmo lento, mas – salvo crises externas –, em expansão, foi um dos elementos responsáveis por minimizar a desigualdade social (IBGE, 2013a). Contudo, a desigualdade, mensurada a partir da disparidade de renda entre indivíduos ou arranjos familiares, mesmo diante do aumento de postos de trabalho, regrediu apenas discretamente (NERI, 2006) e, para tal, contou também com a participação singular de benefícios sociais, voltados à complementação de renda.

Tal constatação impõe, necessariamente, uma nova questão para compreender o fenômeno da desigualdade social no Brasil, a partir da contemporaneidade: se o trabalho é "elemento central e estruturante das relações sociais" (IBGE, 2013a, p. 140), por que o crescimento da economia nacional, refletido na expansão do mercado de trabalho, não foi capaz de minimizar, de modo significativo, a desigualdade social, mensurada a partir da disparidade de rendimentos?

A partir desta questão, esta pesquisa objetiva analisar as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho no Brasil, através de um breve histórico, buscando relacionar a desigualdade não apenas à disparidade de renda, mas, sobretudo, ao acesso diferencial ao mercado de trabalho, bem como as causas para a disparidade de acesso.

Metodologia

Para esta pesquisa foram utilizados os métodos qualitativo, bibliográfico e quantitativo, já que houve a utilização de material estatístico para descrever causas ou efeitos entre fenômenos ou variáveis. A pesquisa primou por citações, em especial de estudiosos, descrições de fenômenos e comportamentos, entre registros e transcrições de documentos.

Resultado e discussão

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

O cenário desenhado a partir de 1950, período que assinala "a introdução de novos ramos industriais, voltados para a produção de bens de capital, insumos básicos e bens de consumo [...] favorecendo uma acelerada tendência de urbanização" (OLIVEIRA, 1993, p. 09-10), mostrou sinais de esgotamento na década de 1980, levando "à diminuição, em termos tanto relativos como absolutos, do número de trabalhadores manuais [...] no conjunto dos assalariados" (SORJ, 2004, p. 47).

Essa retração do mercado, principalmente em relação ao contingente de trabalhadores, contudo, não foi apenas o reflexo da estagnação econômica do Brasil, à época. Embora essa relação pareça inequívoca, é preciso destacar que, também, o próprio mercado de trabalho foi, aos poucos, tornando-se restrito à incorporação de indivíduos qualificados (POCHMANN, 1998). Tal tendência, por seu turno, fez coexistir, por um lado, pequenos grupos qualificados, em ocupações com salários mais elevados e, por outro, um amplo contingente de trabalhadores/desempregados com baixa remuneração ou, ainda, sem remuneração alguma.

Ocorre que, se "é no mercado laboral que os trabalhadores obtêm [...] o rendimento necessário à sua reprodução social, viabilizada pelo acesso ao mercado de consumo, e a uma série de serviços sociais mercantilizados, como educação, saúde, transporte e habitação" (IBGE, 2013a, p. 140 – grifo nosso), por exemplo, e seu acesso tem ocorrido, gradualmente, de maneira cada vez mais diferenciada, é possível concluir, igualmente, que também ocorre acesso diferencial a esses mesmos bens e serviços básicos. De outro modo, é possível dizer que antes de satisfazer as próprias necessidades, os indivíduos/trabalhadores precisam, necessariamente, satisfazer as necessidades do mercado (SOUZA, 2009). E, desse modo, a desigualdade social, antes de ser refletida na disparidade de renda, corresponde às diferenças nas pré-condições exigidas pelo mercado, impondo enorme prejuízo às classes menos favorecidas. Souza (2009, p. 21) salienta, nesse sentido, que: "O capital cultural, sob a forma de conhecimento técnico e escolar, é fundamental para a reprodução tanto do mercado quanto do Estado modernos".

A assertiva de Souza pode ser depreendida dos números apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013b) através de seu último censo. Confrontando os índices que buscam retratar os panoramas tanto dos níveis educacionais atingidos pela população brasileira, quanto da faixa salarial atingida, em média, por cada grupo através da escolaridade obtida, a disparidade de renda encontra forte relação entre esses dois fatores.

Enquanto 49% da população brasileira, com 25 anos ou mais, não têm sequer o Ensino Fundamental, e apenas 11,3% concluíram algum curso superior, os brasileiros na mesma faixa etária com rendimentos de até um salário-mínimo e sem o Ensino Fundamental correspondem a 71,6% do total. Contudo, o percentual de brasileiros com Ensino Superior e rendimentos acima de

cinco salários-mínimos supera em mais de 30 vezes o do grupo sem Ensino Fundamental, encerrando um índice de 33,9% (IBGE, 2013b).

Observado o rendimento por hora trabalhada, ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013b), as mesmas relações podem ser verificadas. Enquanto a hora de trabalho de um indivíduo com até quatro anos de estudo valia, em média, R$ 5,00 em 2012, o mesmo período trabalhado por uma pessoa com doze ou mais anos de estudo correspondia, também em média, a R$ 22,61, ou seja, 4,5 vezes mais.

Como se pode depreender, há uma clara relação entre salários elevados/baixos e escolaridade elevada/baixa. Entretanto, também há, obviamente, relação entre escolaridade e desemprego: mais de um quarto dos indivíduos sem ocupação no mercado de trabalho não têm Ensino Médio completo e, 55,4%, ou seja, mais da metade, não têm, sequer, o Ensino Fundamental concluído (FOLHA, 2014).

Contudo, se é possível verificar relações entre trabalho e escolaridade, de modo que a baixa instrução desenha-se como importante fator ao puxar a renda para baixo, também é possível relacionar as camadas mais desfavorecidas à baixa escolaridade. Ou seja, paradoxalmente, quem mais precisa de instrução para que o trabalho, efetivamente, cumpra sua função social, ou seja, faculte o rendimento necessário para o acesso a bens e serviços, estuda menos, conforme apontam os números da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2013a).

Embora os níveis de escolaridade, medidos por anos de estudo, tenham aumentado durante o decênio analisado pelo IBGE (2013a), delimitado entre os anos de 2002 e 2012, saltando de 6,1 anos de estudo para 7,6 anos junto à população com 25 anos ou mais – o que ainda é pouco; equivale a menos que o Ensino Fundamental completo –, os três quintos mais pobres, que equivalem a 60% desta faixa etária, não superaram, em 2012, a média de 2002. Ou seja, enquanto entre todos os estratos sociais houve acréscimo de anos de estudo, os três quintos mais pobres com 25 anos ou mais sequer chegaram a 6,1 anos de estudo, média geral há mais de dez anos.

Assim, se o trabalho oferece o rendimento necessário para a reprodução social dos indivíduos, e a educação é a condição necessária para a inserção profissional, o núcleo duro da desigualdade social no Brasil, muito além das evidentes interferências que o próprio mercado impõe, reside não na apropriação diferenciada de capital econômico, mas, sim, na apropriação distinta de capital cultural.

Entretanto, agrava a questão um fator que não encontra espaço entre os números do IBGE, mas ainda assim pode ser observado, também, de maneira estatística: as diferenças qualitativas entre as escolas públicas e privadas, sem perder de vista que, nas últimas, estudam apenas 13,6% dos alunos do Ensino Fundamental, e 12,8% dos alunos do Ensino Médio (IBGE, 2103a). Ou seja, a imensa

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

maioria – e, sobretudo, os mais pobres – estudam em estabelecimentos públicos de ensino, considerados por Chesnais (1999, p. 56) como um "desastre: os professores, mal pagos e desmotivados, não fazem um bom trabalho de pedagogos. Um grande número de crianças só vai à escola para comer, pois lhe é assegurada uma refeição. A escola não garante mais a transmissão dos conhecimentos básicos [...] Somente o ensino privado escapa ao naufrágio, mas o preço é proibitivo [...] O corte tem se acentuado entre o público e o privado; a segregação escolar amplia a segregação social".

A diferença entre educação pública e privada nos ensinos Fundamental e Médio no Brasil, apontada pelo pesquisador francês, é, na verdade, o reflexo histórico da educação de modo geral. Conforme Casagrande e Amorim (2007, p. 261), "durante séculos ela ficou restrita a um pequeno grupo de nobres e aristocratas, que contratavam tutores para ensinar seus filhos". Ou seja, a única educação que existiu por séculos foi paga, tal como é hoje no Brasil: a única educação capaz de, efetivamente, emancipar e, consequentemente, minimizar a desigualdade social, continua a ser paga, chancelando o mérito (de saber o que é preciso para encaixar-se no mercado) enquanto fator de legitimação para o privilégio.

O que afirma o parágrafo anterior pode ser confirmado pelo Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Conforme o Ministério da Educação (MEC, 2013), observados os números que medem a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – e em taxas de aprovação, a rede pública fica atrás da rede privada de ensino em todos os níveis de educação ofertados. E o pior, nem mesmo as metas previstas para 2021, último ano com índice projetado, vislumbram diminuição significativa no abismo que há entre o público e o privado. Vejamos:

Enquanto o Ensino Fundamental – Anos Iniciais – apresentou índice de 4,7 pontos para a rede pública em 2011, último ano analisado, a rede privada somou 6,5 pontos. A diferença é de 1,8 ponto. Para 2021, a meta para o ensino público é de 5,8 pontos, ou seja, ainda inferior à rede privada hoje, cuja meta para o mesmo período é de 7,5 pontos. Se ambas as dependências administrativas atingirem suas respectivas metas, a defasagem será de 1,7, apenas 0,1 ponto abaixo da atual diferença.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a diferença é ainda maior. Enquanto as escolas públicas, estaduais e municipais, alcançaram 3,9 pontos, a rede privada de ensino chegou a 6,0 pontos. A diferença entre uma dependência administrativa e outra é de 2,1 pontos. Se ambos os sistemas atingirem suas metas para 2021 (5,2 para a rede pública e 7,3 para a rede privada), a diferença será rigorosamente a mesma: 2,1 pontos.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Por fim, no Ensino Médio, as escolas públicas produziram, em 2011, um Ideb de 3,4 pontos, enquanto as privadas, 5,7 pontos. A atual diferença é de 2,3 pontos, a maior diferença entre todos os níveis de ensino analisado pelo Inep. Em 2021, se as duas dependências administrativas alcançarem suas metas (4,9 para a rede pública e 7,0 para a rede privada), a diferença será, em uma década de avaliação, de 2,1 pontos, ou seja, apenas 0,2 ponto menor que a atual diferença. Assim, essa lacuna, historicamente enraizada entre nobreza/aristocracia e plebe, e hoje entre ricos e pobres, permanece na educação, que vai "apenas legitimar, com o "carimbo do Estado" e anuência de toda a sociedade, todo o processo social opaco de produção de indivíduos nascidos para o sucesso" (SOUZA, 2009, p. 17 – grifo do autor).

Conclusões

Assim, é possível concluir que, mesmo que a desigualdade, do ponto de vista econômico, possa ser minimizada pela geração de empregos (e por programas de transferência de renda), a desigualdade cultural, mensurada pelo capital cultural, permanece, devido às características contemporâneas do mercado de trabalho. Ou seja, o principal fator da desigualdade social – que, nada mais é, senão, a defasagem cultural – se mantém, garantindo as históricas e abissais distâncias entre ricos e pobres.

Palavras-chave: Disparidade de renda; Educação; Trabalho; Contemporaneidade.

Agradecimentos

Universidade Regional do Noroeste do Estado.

Referências bibliográficas

BRUM, Argemiro J. O desenvolvimento econômico brasileiro. 30 ed. Petrópolis: Editora Vozes; Ijuí: Editora Unijuí, 2013.

CASAGRANDE, Jacir Leonir; AMORIM, Tade-Ane. Sociologia. Palhoça: Unisul, 2007.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil. Causas e recomendações políticas para a sua prevenção. In: Ciência e Saúde Coletiva: 1999.

FOLHA DE S. PAULO. 61 milhões estão fora da força de trabalho. Publicado em: 18.01.2014.. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/01/1399413-61-milhoes-estao-fora-da-forca-de-trabalho.shtml. Acesso em: 12.03.2014.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2013: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2013a. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=266778 . Acesso em: 10.01.2014.

_____. Atlas do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE: 2013b. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=264529. Acesso em: 10.01.2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Ideb. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=286. Acesso em: 17.05.2013.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

NERI, Marcelo. Desigualdade, estabilidade e bem-estar social. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_03_DesigualdadeEstabilidade.pdf. Acesso em: 26.03.2014.

OLIVEIRA, Jane Souto de (Org.). O traço da desigualdade social no Brasil. Rio de janeiro: IBGE, 1993.

POCHMANN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1998. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1297/1665>. Acesso em: 01.04.2014.

SORJ, Bernardo. A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

VICENTINO. Cláudio. A criação do Brasil capitalista. In: DEL PIORI. Mary et. al. (Org.). 500 anos de Brasil: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999.